



RIO GRANDE DO NORTE

Aposentadoria especial dos vigilantes em andamento PLC 245/2019 Senado Federal



O Sindsecur junto com a CNTV e demais sindicatos tem atuado fortemente na defesa da aposentadoria especial dos vigilantes patrimoniais.

O Estivemos em Brasília no ano de 2019, juntos com sindicalistas do Brasil inteiro e à Confederação Nacional dos Vigilantes conseguimos reverter o fim da aposentadoria especial para os vigilantes. Porém, um novo inimigo surgiu nessa batalha, denunciemos há alguns meses atrás que o senador Esperidião Amin apresentou parecer ao PLC 245/2019.

Mais uma vez nossa entidade foi a luta, solicitamos a todos os vigilantes que ajudassem a cobrar o que foi acordado entre os trabalhadores, governo Bolsonaro e Senadores, tendo em vista que o que foi apresentado acabava com as nossas esperanças de aposentadoria especial.

Além disso, a diretoria do Sindsecur participou de diversas reuniões com a senadora, Zenaide Maia, o senador Paulo Paim e também com a assessoria de Jean Paul para reivindicar apoio contra o referido substitutivo.

Depois de muita mobilização e é claro, perto das eleições, o senador Esperidião Amin, relator do Projeto, REFEZ o seu relatório se baseando no Julgamento do Tema 1031, onde no Superior Tribunal de Justiça – STJ, fomos vitoriosos com a tese de que o vigilante tem direito a aposentadoria especial, independentemente de estar portando arma de fogo ou não.

Esta reviravolta foi muito importante e representa uma vitória muito grande rumo à conquista definitiva deste nosso direito. Ainda falta muito, mas estamos no caminho certo. A união e mobilização são instrumentos muito eficazes no nosso sucesso. Esperamos contar com todos. Tema 1209 – STF Já que estamos falando em mobilização e andamento da nossa aposentadoria especial, é importante informar aos colegas vigilantes sobre os próximos passos neste julgamento.

O Relator é o Ministro Kassio Nunes e isso representa uma preocupação já que o governo Bolsonaro é CONTRA a aposentadoria especial dos vigilantes brasileiros. Nosso pedido é justo! Não é regalia! O processo está concluso para julgamento do relator, precisamos aguardar.

Mas, não quietos, aceitando o que pode vir pela frente, mais uma vez temos que nos mobilizar e apresentar ao Ministro Relator o quanto esta aposentadoria especial é uma questão de justiça para um trabalho tão perigoso e penoso quanto o nosso.

FONTE: SINDSEGR RN



A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - SETEMBRO/22- Edição nº 20

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257



SINDICATO VIABILIZA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA VIGILANTES DO HOSPITAL DA CRIANÇA

Nesta terça-feira (13), o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas visitou o Hospital da Criança, no bairro de Cruz das Almas, em Maceió, para verificar uma denúncia de que os vigilantes estavam impedidos de utilizar o refeitório e o estacionamento da referida casa de saúde.

Na ocasião, os diretores do Sindicato conversaram com a diretoria do hospital, que informou que o refeitório já está liberado para a utilização dos vigilantes, mas que o estacionamento está passando por reformas, restringindo sua utilização. Após um diálogo bem-sucedido, o Sindicato, em acordo com a diretoria do Hospital, liberou o estacionamento para que os vigilantes possam colocar os seus veículos, facilitando assim a logística diária dos trabalhadores.

QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO É DIGNO DELES!

PAGAMENTO DE PROCESSO

VIGILANTES INTERFORT:

A SEMANA DE LUTA E COMBATE CONTRA A PIOR EMPRESA



Combater no “braço” empresa ruim, que não cumpre lei, CCT e desrespeita Trabalhador, por um lado, ou ter medo de botar a cara, amarelar diante de patrão e contratante irresponsável. Estas foram as principais diferenças que pautaram a nossa eleição sindical deste ano. E a opção da categoria foi pela diretoria de luta e combate e fora covardes.

Nesta semana, nesta diretriz de luta, houve continuidade no combate contra a INTERFRACA e suas ilegalidades.

- segunda-feira, 12, ATO DE PROTESTO diante da Superintendência da Caixa na Boca do Rio;

- quarta-feira, pela manhã, 14, ATO DE PROTESTO pela manhã diante da Superintendência do Banco do Brasil na Direita da Piedade;

- quarta-feira, 12, à tarde, REUNIÃO PRESENCIAL E POR VIDEO CONFERENCIA COM A DIRIGENTES DA INTERFORT, na sede do Sindicato;

- quinta-feira, 15, pela manhã, REUNIÃO COM DIRIGENTES DO BANCO DO BRASIL.

Em todas estas atividades:

- o combate ao desrespeito contra os Vigilantes;

- O descumprimento de obrigações

- O roubo de direitos.

Principais irregularidades da Interfraca:

- Atrasos de salario;
- Fim dos intermitentes e horistas. Todos com direitos iguais (Piso Salarial, Alimentação, Cesta, Transporte, Seguro de Vida, etc.);
 - Plano de Saúde meia-boca;
 - Contracheque;
 - Pagamento de Gratificação de pessoal de Tesourarias (BB) e Fiscais (BB);
 - Farda estragada;
 - Sapato furado;
 - Capa de colete estragada
 - Horas extras não pagas
 - Ponto Eletronico duvidoso, sem acordo com o Sindicato e segurança para os Vigilantes;
 - E muito mais.

Há três semanas realizamos ATOS DE PROTESTOS UMA, DUAS OU ATE TRES VEZES NA SEMANA.

Alguns sinais de resultado já surgiram:

- Plano Odontologico já contratado;
- Sinais do fim do Intermitente;
- Pagamento de setembro sem atraso;
- Dia do Vigilante pago.

A empresa tem prometido solucionar os problemas. Mas, para nós e os Vigilantes, SÓ VENDENDO PRA CRER. Enquanto isto, VAI TER MAIS PROTESTOS E COMBATE.

Na reunião com o Banco do Brasil (participou o Sindicato e representante do banco em Salvador e Belo Horizonte e São Paulo) estes receberam as informações e atualizações sobre as irregularidades e afirmaram que na próxima segunda feira vai se reunir com a empresa e cobrar solução para as denúncias do Sindicato.

Pelo Sindicato, vamos continuar na PRESSÃO. Já os colegas precisam ficar atentos, informar sempre ao Sindicato cada situação de irregularidade e desrespeito.

Sem luta, não tem vitória.

Interfraca, respeito nossos direitos!

Sindicato é luta, é combate. Sem pelego, sem covarde, sem patrão!

Fonte: SINDVIGILANTES/ BA

Sérgio Nobre: Patrão coagir o voto do trabalhador é crime eleitoral. Denuncie

Contra casos de assédio eleitoral cometidos por empresários bolsonaristas, CUT e demais centrais sindicais se reúnem com o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, nesta quinta-feira (15), no DF

REPRODUÇÃO



Coagir trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho a votar em determinado candidato é assédio eleitoral laboral. É crime. E tem de ser combatido, denunciado e punido. Não aceite calado, procure seu sindicato, denuncie. O chamado é do presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, com base no aumento de casos e denúncias dessa prática criminosa, nessa reta final da campanha eleitoral, cometida principalmente por aliados do bolsonarismo.

Para exigir mais fiscalização, combate e punição contra o assédio eleitoral no local de trabalho, Sérgio Nobre e os presidentes da Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB, que formam o Fórum das Centrais Sindicais, se reúnem com o procurador-geral do trabalho, José de Lima Ramos Pereira, nesta quinta-feira (15), às 10h,

no Ministério Público do Trabalho, em Brasília.

Como também ocorreu nas eleições de 2018, quando empresários bolsonaristas foram autuados e multados por assédio eleitoral, trabalhadores e trabalhadoras em todo o país denunciam estar sofrendo pressão e coação por parte de suas “chefias” e patrões para votar no candidato à reeleição à presidência da República. Com destaque para empresários do setor do agronegócio.

Esse assédio eleitoral é feito em forma de perseguição e vários tipos de ameaças, entre elas redução salarial, retiradas de direitos e benefícios e demissão. Também há casos de empresas que oferecem, ilegalmente, pagamento de “bônus” para que o trabalhador vote no candidato indicado pelos patrões.

Como não podem aferir o voto do trabalhador, condicionam o “extra” à vitória do candidato apoiado pelo patrão.

O presidente nacional da CUT destaca que a Constituição Federal garante o direito à liberdade de voto, protege a liberdade de consciência, de expressão e de orientação política, assegurando a todos o livre exercício da cidadania por meio do voto direto e secreto.

“Todo trabalhador e trabalhadora têm o direito de escolher livremente seu candidato e esse direito não pode ser violado por nenhum patrão, os sindicatos precisam combater e denunciar o assédio e a coação eleitoral no local de trabalho”, afirma Sérgio Nobre.

A prática de assédio eleitoral laboral é crime passível de medidas administrativas e judiciais no âmbito trabalhista. O alerta com descrição do crime, respectivas punições e orientações para denunciar constam do documento expedido pelo Ministério Público do Trabalho em 26 de agosto de 2022, data em que a instância também iniciou campanha contra a prática. (link).

Clique e leia documento do MPT sobre assédio eleitoral/2022

https://mpt.mp.br/pgt/noticias/outrasprovidencias_11539-2022_gerado-em-26-08-2022-12h34min35s.pdf

FONTE: CUT - Escrito por: Vanilda Oliveira

Legado de Temer e Bolsonaro: Brasil é o 2º pior país do mundo para aposentados

Para Denise Gentil, 2 reformas levaram país a esse lugar no ranking: a Trabalhista, que derrubou a renda; e a da Previdência, que mudou critérios, aumentou exigências e tirou de muitos a chance de aposentadoria



O Brasil é o segundo pior país do mundo para aposentados, segundo um ranking global da empresa norte-americana Natixis Investment Managers, que analisou os impactos da saúde, finanças, qualidade de vida e bem-estar material na vida de quem já deixou o mercado de trabalho.

Dentre os 44 países analisados, o Brasil ocupou a 43ª posição, só ganhando da Índia, que ficou em último lugar. Os três melhores países para aposentados são: Noruega, Suíça e Islândia.

Segundo o estudo, em 2022, a crescente inflação é o que contribui para a má qualidade de vida dos aposentados, seguida pela alta de petróleo, alimentos e habitação, que têm corroído o poder de compra dos mais velhos.

A má posição do Brasil no ranking de melhores países para aposentados é mais uma herança maldita do golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff (PT) dando início a uma escalada de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Será o legado deixado para os trabalhadores pelo ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), pai da reforma Trabalhista, que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que mandou para o Congresso a proposta de reforma da Previdência, aprovada pela maioria dos parlamentares, que acabou com o sonho de aposentadoria de milhões de trabalhadores.

Segundo a economista, especialista em Previdência e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, que não se surpreendeu com o resultado da pesquisa, mais do que a inflação, foram as reformas aprovadas em 2017 e 2019 que contribuíram para a queda na renda e a piora na qualidade de vida dos aposentados.

Para ela, a reforma da Previdência de Bolsonaro ajudou a piorar essa situação e foi a pá de cal para os trabalhadores e trabalhadoras que sonham com uma aposentadoria digna.

“A reforma Trabalhista legalizou o trabalho precário, o bico, a terceirização, o pagamento por hora e uberizou as relações de trabalho. Sem renda, ganhando algumas vezes menos do que o salário mínimo, o trabalhador não consegue contribuir com a Previdência, e se ficar dois, três anos sem pagar ele perde o vínculo com o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]”, diz a economista.

De acordo com ela, essa precariedade se reflete em outros auxílios como doença, acidente, desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros, e o trabalhador que quer se aposentar perde renda.

“A reforma trabalhista precarizou a Previdência. Sem renda não há contribuição e sem contribuição não há renda para a aposentadoria”, diz Gentil.

Para piorar, prossegue, dois anos depois, em 2019 vem a reforma da Previdência que passou a fazer uma série de exigências, aumentando a

idade de aposentadoria de homens e mulheres, mais tempo de contribuição e reduziu o ganho final. Por isso, não me surpreende estarmos no fim da fila de melhores países para a aposentadoria.

Tanto a reforma Trabalhista como a da Previdência têm como objetivo a financeirização. Os bancos e setores financeiros querem privatizar a Previdência e para isso forçam a redução de direitos trabalhistas, impedindo que o trabalhador consiga pagar uma previdência pública- Denise Gentil

A economista explica que embora quem não consegue pagar o INSS também, provavelmente, não tenha recursos para pagar uma previdência privada, ainda assim é de interesse do mercado financeiro que a classe média pague um plano de saúde, um fundo de previdência, um seguro-desemprego, entre outras ofertas de bancos, que hoje, em sua maioria, é responsabilidade da rede pública.

“Bancos e o setor financeiro têm poder enorme sobre as políticas sociais e econômicas do governo e a intenção deles sempre foi privatizar e reduzir direitos trabalhistas, dentro da lógica da primazia do setor financeiro sobre os demais setores produtivos da sociedade. A precarização é consequência direta da financeirização, da hegemonia dos interesses financeiros sobre os setores produtivos”, analisa.

Queda de receita na Previdência

Segundo Denise Gentil, a arrecadação da Previdência caiu a níveis de 2012, um retrocesso de 10 anos com a redução no número de contribuintes.

“Isto é muito grave por que o correto seria ter um aumento, uma evolução como em toda a sociedade. É óbvio que contribuições à previdência e as relações de trabalho têm uma relação umbilical”, diz Gentil.

“O impacto foi muito grande, e é visível o

empobrecimento e a fome que são resultados do mercado de trabalho e da incapacidade do governo em atender os mais pobres, pois mesmos os trabalhadores formais, com carteira assinada estão absolutamente precarizados, com salários achatados”, conclui.

Metodologia da pesquisa

O Índice Global de Aposentadoria Natixis engloba os países com economia desenvolvida e os que fazem parte dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China).

Três países da América Latina estão melhor colocados que o Brasil: Colômbia, México e Chile. Todos deles, porém, com baixo índice de bem-estar na aposentadoria, abaixo de 40%. O item em que o Brasil se saiu pior foi em Bem-estar Material, mas aparece um pouco melhor em Saúde, Finanças e Qualidade de Vida. No caso do Brasil, o índice é de 4% - é a pior nota do índice para os países latinos.

Por outro lado, o Brasil ocupa o primeiro lugar em taxas de juros e o quinto em dependência dos aposentados de serviços públicos na velhice. No geral a pontuação brasileira ficou em 34%.

Brasil

Classificação de 1 a 44	Pontuação		
43 2021	43 2020	43 2019	34% 2021
			36% 2020
			36% 2019
Subíndices	2021	2020	2019
Saúde	52% ↑	54% ↓	55%
Qualidade de vida	59% ↑	61% ↑	57%
Bem-estar material	8% —	8% ↓	10%
Finanças na aposentadoria	57% ↓	58% ↑	56%

NATIXIS INVESTMENT MANAGERS

Veja a posição dos países no ranking global de aposentadoria

- Noruega
- Suíça
- Islândia
- Irlanda
- Austrália
- Nova Zelândia
- Luxemburgo
- Holanda
- Dinamarca
- República Tcheca
- Alemanha
- Finlândia
- Suécia
- Áustria
- Canadá
- Israel
- Coreia do Sul
- Estados Unidos
- Reino Unido
- Bélgica
- Eslovênia
- Japão
- Malta
- França
- Estônia
- Polônia
- Cingapura
- Portugal
- Chipre
- Eslováquia
- Itália
- Hungria
- Lituânia
- Chile
- Letônia
- México
- Rússia
- Espanha
- China
- Grécia
- Turquia
- Colômbia
- Brasil
- Índia

Valor do salário mínimo de 2023 pode ser menor do que proposta inicial do governo

O valor de R\$ 1.302 proposto para o salário mínimo de 2023, além de ficar sem reajuste valorização, pode ainda cair R\$ 10 por causa da expectativa mais baixa da inflação para o ano



Desde que assumiu a presidência da República, em 2019, Jair Bolsonaro (PL), nunca ofereceu reajuste do salário mínimo acima da inflação, acabando com a política de valorização dos governos Lula e Dilma, ambos do PT, quando o piso nacional foi reajustado quase 75% acima das perdas inflacionárias. Se no período de 2004 a 2019, tivesse sido aplicada a política do atual presidente da República, o mínimo em janeiro de 2020 teria sido de apenas R\$ 599.

A perspectiva para 2023 também é ruim, já que o Ministério da Economia reduziu a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano de 7,41% para 6,54%. O INPC é usado na correção do piso nacional do salário mínimo, de benefícios previdenciários, assistenciais e de despesas como abono salarial e seguro-desemprego.

Com o recuo, o reajuste do salário mínimo pode cair em R\$ 10,00. A proposta inicial do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), encaminhado ao Congresso Nacional para o Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

salário mínimo do próximo ano era de R\$ 1.292, com a redução deve ir para R\$ 1.282 – apenas R\$ 70 a mais do valor atual de R\$ 1.212.

Redução da inflação não chega aos pobres

O que em tese poderia ser uma boa notícia com a redução da inflação, na verdade, para os trabalhadores e trabalhadoras que têm reajustes salariais a partir do piso nacional, não traz nenhum benefício já que o que está fazendo a inflação cair é a medida eleitoreira de reduzir os preços dos combustíveis, enquanto os preços dos alimentos continuam em alta, pesando mais no bolso do trabalhador.

A inflação dos alimentos que continua alta, penaliza os trabalhadores, em especial os de baixa renda, que sofrem com a alta de produtos básicos. Só entre 2019 e 2022, o óleo, que subiu 180%, o café (+110%) e o leite longa vida (+105%).

E uma das razões para essa alta é justamente o preço do diesel. A maior parte dos produtos comercializados no país são transportados por vias terrestres – pelos caminhões – e, por isso, os custos com o frete são repassados aos preços dos alimentos, contribuindo para a elevação dos preços.

O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) editar a Medida Provisória (MP) com o novo piso nacional.

FONTE: Escrito por: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF